

# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relatório de Atividades - 1º Trimestre - 2016



## Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Exercício de 2016



### Presidente

Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho

### Vice-Presidente

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

### Corregedor

Conselheiro Renato Martins Costa

### Conselheiros

Conselheiro Antonio Roque Citadini

Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues

Conselheiro Robson Marinho

**Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro conforme abaixo:**

**09/11/2015 a 06/02/2016**

o **SILVIA MONTEIRO**

**A partir de 10/02/2016**

o **ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS**

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

### Auditores Substitutos de Conselheiro

Samy Wurman

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis

Antonio Carlos dos Santos

Josué Romero

Silvia Monteiro

Valdenir Antonio Polizeli

Márcio Martins de Camargo

### Ministério Público de Contas (MPC)

Rafael Neubern Demarchi Costa - Procurador Geral

Celso Augusto Matuck Feres Junior

Elida Graziane Pinto

João Paulo Giordano Fontes

José Mendes Neto

Leticia Formoso Delsin

Rafael Antonio Baldo

Renata Constante Cestari

Thiago Pinheiro Lima

### Secretário Diretor-Geral

Sérgio Ciquera Rossi

### Diretor Técnico de Departamento - DGA

Carlos Eduardo Correa Malek



## SUMÁRIO

1.	CORPO DIRETIVO .....	7
2.	CONTAS DO GOVERNADOR.....	7
3.	CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL .....	8
4.	CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL – E-TCESP .....	9
5.	JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO .....	9
6.	JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS .....	10
7.	CORPO DE AUDITORES.....	10
8.	DECISÕES SINGULARES .....	10
9.	MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC .....	10
10.	PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE .....	10
11.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL .....	11
11.1.	SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG .....	11
11.1.1.	Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).....	12
11.1.2.	DSF's I e II.....	12
11.1.3.	Assessoria Técnico Jurídica – ATJ .....	12
11.1.4.	Centro de Apoio Estratégico da Fiscalização – CAEF .....	12
11.1.5.	Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP .....	13
11.2.	DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO.....	13
11.2.1.	Diretoria de Contabilidade e Finanças .....	13
11.2.1.1.	Planejamento e Orçamento .....	13
11.3.	GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA.....	21
11.4.	OUVIDORIA .....	21
11.5.	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	21
11.6.	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL .....	22
11.7.	REVISTA DO TCE .....	22
11.8.	ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO .....	23
11.9.	CERIMONIAL .....	23
12.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores) .....	8
Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores).....	9
Tabela 3 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2016 – Despesas Correntes.....	15
Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2016 – Despesas de Capital .....	16
Tabela 5 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2016 - Despesas Correntes .....	17
Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2016 - Despesas de Capital .....	18
Tabela 7 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Empenhado – Despesas Correntes.....	19
Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Empenhado – Despesas de Capital .....	19
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Realizado – Despesas Correntes .....	20
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Realizado – Despesas de Capital .....	20



## APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 33, § 3º, da Constituição Estadual, c.c. o artigo 3º, inciso IX da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993 e artigo 27, inciso XXXV do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, publicado no Diário Oficial do Estado de 15 de dezembro de 2010, o presente RELATÓRIO condensa as principais atividades desenvolvidas no âmbito desta Corte de Contas, no decurso do **primeiro trimestre** do exercício de 2016.

No Relatório estão abrangidas as atividades relacionadas com a ação da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial do Estado e seus Municípios, exceto o da Capital, bem como, os aspectos estruturais e administrativos de ordem interna do TCESP.

No 1º trimestre deste ano, o Tribunal regulamentou o teletrabalho no âmbito da Corte de Contas, em caráter experimental, por 90 (noventa dias) - (Resolução nº 01/2016, DOE de 19/03/2016). Também conhecido como 'home office', esta modalidade de trabalho foi implantada como projeto piloto pela Presidência do TCE, que está fazendo o acompanhamento das atividades e resultados obtidos.

Pelo disposto na regulamentação, os servidores interessados no 'home office' devem manifestar a sua intenção junto a sua Chefia, que analisará se o perfil de trabalho do servidor se adequa às diretrizes fixadas na resolução. Para almejar participar do projeto piloto o servidor deve desempenhar suas atividades com autonomia, de forma organizada, comprometimento e disciplina e possuir mais de 3 (três) anos de efetivo exercício.

Para exercício do teletrabalho o TCE dispõe de tecnologia que permite que os servidores tenham acesso a áreas fundamentais para o desempenho de suas funções - a exemplo dos sistemas de Rede Privada Virtual (VPN), Processo Eletrônico (e-TCESP) e Intranet. Ao término do período experimental e amparado com os resultados apurados pela Presidência, o colegiado do Tribunal Pleno deliberará a respeito da continuidade do teletrabalho pelos servidores da instituição.

O TCE também adotou, no trimestre, sistema de videoconferência que permite que as partes ou seus advogados façam sustentação oral nas sessões de julgamento sem precisar se deslocar até o plenário do Tribunal. A iniciativa é inédita e única dentre as Cortes de Contas do país.

A participação do advogado ou da própria parte pode ocorrer a partir de qualquer uma das 20 (vinte) Unidades Regionais do TCE localizadas no interior paulista, desde que solicitada até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão de julgamento – tanto nas Câmaras quanto no Tribunal Pleno.

Na primeira fase do projeto, será utilizado o Skype – um software gratuito que permite realizar 'videochamada' – que fará a captação das imagens e áudio do defensor a partir de um computador instalado na Unidade Regional. A sustentação oral é então projetada simultaneamente nos telões localizados no auditório nobre, em São Paulo, onde ocorrem as sessões de julgamento.



Ainda neste primeiro trimestre - em uma operação ordenada que envolveu 118 agentes de fiscalização na capital e no interior do Estado - o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) fiscalizou hospitais e ambulatorios de saúde cujas administrações são gerenciadas por Organizações Sociais de Saúde (OSS). O objetivo central foi verificar a adequação e eficiência dos procedimentos contratados junto às Organizações Sociais, além do cumprimento das cláusulas contratuais e da legislação aplicável à saúde.

Durante 4 (quatro) horas, no dia 29/03, os fiscais do TCE checaram 'in loco' as condições e operacionalização dos serviços em 59 (cinquenta e nove) hospitais e unidades gerenciadas pelas OSS no Estado. Na capital foram vistoriados 21 (vinte e um) hospitais e, no interior e litoral paulista, foram fiscalizadas 38 (trinta e oito) unidades que oferecem especialidades médicas e ambulatoriais.

Todas as informações – fotos, dados, situações de irregularidade -, foram transmitidas em tempo real para os departamentos de informática e fiscalização do Tribunal de Contas. Os dados foram, em seguida, consolidados em relatório gerencial distribuído aos membros do colegiado e relatores de processos ligados às entidades fiscalizadas.

Merece destaque o novo canal de contato implementado no âmbito da Ouvidoria da Corte. Com objetivo de estreitar os laços com os jurisdicionados e com a sociedade, a área passou a prestar atendimento por meio do aplicativo Whatsapp, ferramenta multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones e tablets. As informações relativas ao número de contato, bem como horário de funcionamento, estão disponíveis no site da seção <http://www4.tce.sp.gov.br/ouvidoria>.

No tocante a cursos e eventos, o Tribunal, com apoio da EPCP – Escola Paulista de Contas Públicas – promoveu e (ou) participou de mais de **70 eventos**, dentre reuniões, cursos internos e externos. Destaca-se a realização – entre os dias 15 a 16 de fevereiro, no Centro de Convenções Rebouças – do **20º Ciclo Anual e Aperfeiçoamento do Pessoal da Fiscalização**. A Corte também organizou encontros que abordaram os **Regimes Próprios de Previdência** tanto em nossa Sede, como na subsede da EPCP em Araraquara.

Em referência ao Mês Internacional da Mulher, o Tribunal foi palco do evento **‘O Papel e Desafios da Mulher no Mundo Moderno’**, que apresentou – no dia 18 de março – diversas palestras com vistas ao debate de políticas públicas e a participação das mulheres na sociedade contemporânea.

No dia 28 de março a Corte lançou, em sua Sede, a **Fase IV do Sistema AUDESP – Módulo Licitações e Contratos**, etapa na qual os ajustes formalizados por termos aditivos e execução contratual terão trânsito pelo sistema. O evento possibilitou que jurisdicionados municipais e da esfera estadual sanassem dúvidas e apresentassem sugestões diretamente aos técnicos do TCE-SP.

Cabe ressaltar, também, a participação do TCE no **60º Congresso Estadual de Municípios**, realizado entre os dias 29 de março e 1º de abril, em Campos do Jordão. O Tribunal de Contas se fez presente com um estande institucional, com a presença de técnicos e expositores com material informativo.



Por fim, o Tribunal organizou o **20º Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais**. Em função da realização de eleições em 2016, o Ciclo adotou um novo formato, mais condensado, com a realização de 21 encontros compreendidos entre 11 de fevereiro e 28 de abril.

A programação do evento abrange reuniões com o público das regiões de Andradina, Araçatuba, Marília, Bauru, Registro, Santos, Fernandópolis, São José do Rio Preto, Guaratinguetá, São José dos Campos, Araraquara, Araras, Ituverava, Ribeirão Preto, Mogi Guaçu, Campinas, São Paulo, Itapeva, Sorocaba, Adamantina e Presidente Prudente, abordando temas específicos relacionados aos cuidados a serem adotados pelos gestores e ordenadores de despesas no último ano do mandato.

Com a presença do Senhor Presidente, do Secretário-Diretor Geral e do Procurador Geral de Contas, foram realizados **14 destes encontros** no 1º trimestre de 2016.

**Dimas Eduardo Ramalho**  
Presidente



## 1. CORPO DIRETIVO

No dia 01 de fevereiro de 2016, tomaram posse para o mandato de um ano, os Conselheiros DIMAS EDUARDO RAMALHO, Presidente, SIDNEY ESTANISLAU BERALDO, Vice-Presidente e, RENATO MARTINS COSTA, Corregedor.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

### TRIBUNAL PLENO:

Conselheira **DIMAS EDUARDO RAMALHO – PRESIDENTE**

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO – VICE-PRESIDENTE**

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA - CORREGEDOR**

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI**

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**

Conselheiro **ROBSON MARINHO - Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro conforme abaixo:**

**09/11/2015 a 06/02/2016**

- **SILVIA MONTEIRO**

**A partir de 10/02/2016**

- **ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS**

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**

### PRIMEIRA CÂMARA:

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES - PRESIDENTE**

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA**

### SEGUNDA CÂMARA:

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO – PRESIDENTE**

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI**

Conselheiro **ROBSON MARINHO- Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro conforme abaixo:**

**09/11/2015 a 06/02/2016**

- **SILVIA MONTEIRO**

**A partir de 10/02/2016**

- **ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS**

## 2. CONTAS DO GOVERNADOR

Para relatar as contas do Governador do Estado de São Paulo do exercício de 2016 foi designado o eminente Conselheiro Antonio Roque Citadini.

A designação do relator das contas estaduais, em cumprimento ao previsto no artigo 38 do Regimento Interno, ocorre sempre no mês de janeiro de cada ano sob responsabilidade da Presidência da Corte e prevê que os processos referentes às contas do Governador do Estado obedecerão, na distribuição, ao sistema de rodízio, a começar dos Conselheiros mais antigos.



### 3. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL

No 1º trimestre de 2016, foram distribuídos aos julgadores 1.737 processos físicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	TOTAL
ACESSÓRIO - 1 ORDEM CRONOLÓGICA	2
ACESSÓRIO - 1 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL	2
ADMISSÃO DE PESSOAL - CONCURSO PROCESSO SELETIVO	8
ADMISSÃO DE PESSOAL - TEMPO DETERMINADO	2
APARTADO DE PREFEITURA MUNICIPAL	10
APOSENTADORIA / PENSÃO	3
AUDITORIA ESPECIAL	1
AUXÍLIOS – SUBVENÇÕES - CONTRIBUIÇÕES	4
BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO	2
CONTAS DE CÂMARA MUNICIPAL	1
CONTAS MUNICIPAIS	2
CONTRATO	312
CONTRATO DE GESTÃO	6
CONTROLE DE PRAZOS DAS RESOLUÇÕES E INSTRUÇÕES	1
CONVÊNIO – REPASSES PÚBLICOS TERCEIRO SETOR - ENTIDADE PRIVADA	9
CONVÊNIO – REPASSES A ÓRGÃOS PÚBLICOS	13
ESPORÁDICO	2
EXPEDIENTE EM APARTADO	1
FISCALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	1
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSE PÚBLICO TERCEIRO SETOR - ENTIDADE PRIVADA CONVÊNIO	92
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSE PÚBLICO TERCEIRO SETOR - CONTRATO DE GESTÃO TERMO DE PARCERIA – CONVÊNIO	196
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSE PÚBLICO TERCEIRO SETOR – AUXÍLIOS – SUBVENÇÕES CONTRIBUIÇÕES	77
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSE PÚBLICO TERCEIRO SETOR - CONTRATO GESTAO	60
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSE PÚBLICO TERCEIRO SETOR - TERMO DE PARCERIA	9
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS - AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	1
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS - CONVENIO	126
PRESTACAO DE CONTAS DE ADIANTAMENTO	62
RECURSO ORDINARIO	696
RELATORIO DE FISCALIZAÇÃO	1
REPRESENTAÇÃO	7
RESCISAO DE JULGADO	13
REVISAO DE JULGADO	14
TERMO DE PARCERIA	1
<b>TOTAL DE PROCESSOS FÍSICOS DISTRIBUÍDOS</b>	<b>1.737</b>



#### 4. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL – E-TCESP

No 1º trimestre de 2016, foram distribuídos **8.344** processos eletrônicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)

ELETRÔNICOS – JANEIRO A MARÇO - 2016										
MATÉRIA	RELATOR							Gabinete da Presidência	Corpo de Auditores	TOTAL
	Cons. ARC	Cons. ECR	Cons. RMC	Cons. RRM	Cons. CCM	Cons. SEB				
EXAME PRÉVIO DE EDITAL	85	83	82	79	75	77	0	0	481	
PESSOAL	58	49	64	57	59	57	5	896	1245	
REPRESENTAÇÃO	8	8	7	6	11	6	0	0	46	
CONTRATO	111	92	135	144	101	124	2	212	921	
RECURSOS	12	12	13	16	12	15	8	0	88	
RECURSOS PÚBLICOS	28	25	27	32	41	28	10	366	557	
INOMINADO	23	23	24	35	16	26	27	19	193	
AÇÕES	0	0	0	0	0	0	6	0	6	
BALANÇO GERAL	55	33	46	19	29	34	0	692	908	
APARTADOS	0	0	0	0	0	0	1	223	224	
CONTROLE DE PRAZO	23	21	23	23	22	23	2	56	193	
TOMADA DE CONTAS DE PREVIDÊNCIA	0	0	0	0	0	0	0	14	14	
CÂMARA	216	215	214	214	215	214	0	0	1288	
PREFEITURA	216	215	214	214	215	214	0	0	1288	
CONTAS DO GOVERNADOR	1	0	0	0	0	0	0	0	1	
UGEs	178	131	151	133	132	156	0	0	881	
TOTAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS DISTRIBUÍDOS									8.334	
TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS – FÍSICOS + ELETRÔNICOS									10.071	

#### 5. JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO

No 1º trimestre do presente exercício, foram realizadas **08 Sessões Ordinárias** e **01 Sessão Especial**. Nessas sessões, o Tribunal Pleno:

- Apreciou **475 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **472 representações** em Sede de Exame Prévio de Edital, quando o Tribunal, antecipadamente, aprecia editais de licitação lançados pelos órgãos jurisdicionados, aos quais recaem impugnações levadas ao conhecimento da Corte de Contas, antes do recebimento das propostas.

No período, o Egrégio Plenário se reuniu em **03 Sessões** para tratar de assuntos internos de **natureza administrativa**.



## 6. JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

As Câmaras do Tribunal de Contas reuniram-se **08 vezes** cada uma, em Sessões Ordinárias, sendo apreciados **642 processos** pela Primeira Câmara e **662** pela Segunda Câmara, conforme decisões publicadas na Imprensa Oficial.

## 7. CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores é constituído por sete ocupantes do Cargo de Auditor, que foi criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005.

Entre outras competências previstas no Regimento Interno e Resoluções Nºs 01/2012, 03/2012, 02/2013 e 09/2014, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos.

No 1º Trimestre de 2016 tramitaram pelo Corpo de Auditores **4.429 processos**, incluindo físicos e eletrônicos. No mesmo período, **1.787 autos** receberam julgamento, enquanto **1.026** foram objeto de despacho de diferimento.

## 8. DECISÕES SINGULARES

No 1º trimestre de 2016 foram proferidas **2.264 sentenças singulares**. Destas, **477** foram exaradas pelos Senhores Conselheiros, enquanto **1.787** pelos Senhores Auditores, em processos autuados para exame de atos de admissão de pessoal, aposentadorias, prestações de contas da aplicação de auxílios e/ou subvenções, prestações de contas de adiantamentos, termos contratuais e atos jurídicos análogos.

Mencionadas decisões monocráticas foram devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

## 9. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar 1.110/2010 junto a este Tribunal, conta com **09 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCESP. No período, tramitaram pelo Ministério Público **22.356 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

## 10. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709/93, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, faz-se compulsório o trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado (junto ao Tribunal de Contas) de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. No 1º Trimestre de 2016, a P.F.E se manifestou em **2.352 feitos**.



## 11. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

### 11.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral a responsabilidade de supervisionar ações da fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno.

O Senhor Secretário-Diretor Geral, no trimestre, se manifestou em **1.352** processos.

Além disto, objetivando difundir novas ações, procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Senhor Secretário-Diretor exarou **13 comunicados** destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e estão disponíveis na página do TCESP, no seguinte endereço:

<http://www4.tce.sp.gov.br/comunicados>

Número	Matéria
13/2016	Listagem Auxílio
12/2016	Relação de Órgãos ou Entidades proibidas de novos recebimentos
11/2016	Órgãos e entidades impedidos
10/2016	Composição das Câmaras e Pleno
09/2016	Ficha Limpa - Contas reprovadas
08/2016	Sede Unidade Regional Registro - UR-12
07/2016	Alerta Revista TCESP
06/2016	Atualização dos valores de contratos e atos jurídicos análogos para 2016
05/2016	Calendário 2016 - Ciclo de Debates
04/2016	SISCAA-Web
03/2016	Relação de órgãos proibidos de novos recebimentos
02/2016	Suspensão da Resolução nº6 de 2015
01/2016	Valores de Remessa



### 11.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).

Os Setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, bem assim, pela publicação e acompanhamento das pautas de julgamento, com a elaboração dos serviços de taquigrafia que condensam todos os relatórios e discussões que precedem os julgamentos nas sessões, bem como pela elaboração de atas e notas taquigráficas.

Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, foram pautados, no período, **2.251 processos**, dos quais **125** resultaram em notas taquigráficas.

A seção de Jurisprudência, em cumprimento à Resolução CNJ 156/12, emitiu **569 certidões**. Desse quantitativo, **25** foram requisitadas via protocolo do TCESP (Sede e Regionais) e **544** via INTERNET.

### 11.1.2. DSF's I e II

Aos Departamentos de Supervisão e Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DF's)**, **01 Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (UR's)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos **16.161 processos** por ambos os Departamentos de Supervisão e Fiscalização, tendo os dois, adicionalmente, realizado exames "in loco" na conformidade dos roteiros organizados internamente.

	DSF-I	DSF-II
Processos Físicos	6.508	5.321
Processos Eletrônicos	2.096	2.236
TOTAL	8.604	7.557

### 11.1.3. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ

Área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, é responsável pela análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia dos processos afetos à atividade do Tribunal.

No trimestre, a Assessoria Técnico Jurídica exarou **10.346 manifestações** em processos que lhe foram submetidos.

### 11.1.4. Centro de Apoio Estratégico da Fiscalização – CAEF

Subordinado, também, à SDG, ao CAEF cabe a administração e provimento de condições técnicas e operacionais a fiscalização e a consequente relação com os jurisdicionados.

No trimestre, o Centro de Apoio Estratégico deu continuidade às ações relacionadas a programas e bancos de dados necessários para cumprimento dos objetivos, com ênfase aos seguintes: Tabela de Órgãos Fiscalizados, Planejamento e



Controle da Fiscalização – PFIS, e cadastramento e acompanhamento dos dados abertos do TCE-SP no *site* do Governo Aberto-SP. A seção também atuou no desenvolvimento do novo Portal de Transparência do TCE-SP, em fase de elaboração.

Destaca-se, também, a atuação da área na elaboração da nova versão do Portal da Transparência Municipal.

#### **11.1.5. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP**

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema AUDESP que coleta, por meio da tecnologia da informação, dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais das entidades jurisdicionadas. Este sistema aumentou a agilidade nos trabalhos e a qualidade dos dados, e como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas, em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória do Tribunal, por meio de indicadores e informações estratégicas que direcionam o planejamento da inspeção nos órgãos jurisdicionados.

No primeiro trimestre de 2016 a Divisão de Auditoria Eletrônica – Audesp efetuou **2.064 atendimentos** por meio de e-mails e **1.945** por telefone, que alcançaram questões referentes ao próprio Sistema AUDESP, bem como ao IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal, recentemente lançado por este Tribunal.

### **11.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Departamento subordinado à Presidência e responsável pela atividade meio do TCE-SP (Área Administrativa). É composto por 02 Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias.

O Diretor Geral de Administração, no trimestre, se manifestou em **2.369** processos.

#### **11.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças**

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal. Efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase à receita e despesa realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

##### **11.2.1.1. Planejamento e Orçamento**

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei nº 16.083, de 28 de dezembro de 2015, que *“Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2016”*, foi elaborado em observância à Lei nº 15.870, de 27 de julho de 2015 que *“Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2016”*.



A dotação para as despesas deste Tribunal de Contas do Estado foi fixada em **R\$ 774.941.309,00**, sendo **R\$ 773.941.279,00** para Despesas Correntes, inclusive Pessoal e Encargos e **R\$ 1.000.030,00** para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 15.870/15), o Decreto n.º 61.802, de 14 de janeiro de 2016, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2016) e a Portaria Conjunta CAF-CCE-CO-001, de 27 de janeiro de 2016.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado - PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2016 (Decreto n.º 61.802/2016) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, foram concedidas suplementações ao orçamento vigente, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, da Fonte 3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, no valor total de **R\$ 9.200.000,00**, através dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

**1 – SAO Nº 02001/2016-4-0001**, concluído em fevereiro, no valor total de **R\$ 4.800.000,00** sendo **R\$ 748.000,00** para obras de reforma nas Regionais de Araras e Registro, **R\$ 2.100.000,00** para serviços de informática – Business Inteligente e **R\$ 1.952.000,00** para aquisição de 480 notebooks para as unidades regionais;

**2 – SAO Nº 02001/2016-4-0005**, concluído em março, no valor total de **R\$ 3.800.000,00**, sendo **R\$ 400.000,00** para despesas correntes, em complementação ao Projeto JAVA-PRODESP e **R\$ 3.400.000,00** para execução de diversas obras que estão sendo realizadas nos prédios da capital, assim como a elaboração de dois projetos básicos para construção das Unidades Regionais de Andradina – UR-15 e Ituverava – UR-17;

**3 – SAO Nº 02001/2016-4-0007**, concluído em março, no valor de **R\$ 600.000,00**, para atender despesas com aquisição de móveis e equipamentos para o Prédio Sede e Anexos I e II, bem como para as Unidades Regionais;

Mediante a publicação do Decreto Nº 61.784, de 18 de março de 2016, foram transferidos para a Secretaria da Fazenda, recursos orçamentários do Tribunal de Contas, no valor de **R\$ 138.815,00**, à conta da Fonte 1 – Tesouro, visando a cobertura de despesas para o atendimento dos serviços de apoio educacional e operacional – Creche, conforme Termo de Cooperação Mutua celebrado entre o Governo do Estado e o Tribunal de Contas do Estado nos termos do expediente SAO Nº 20006/2016-1-00001.



Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas, no Orçamento do Estado para 2016, em seguida a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de março do corrente exercício.

Observa-se que os dados do último mês do trimestre são sempre provisórios, uma vez que o encerramento do mês no SIAFEM ocorre por volta do dia 18 do mês seguinte.

Tabela 3 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2016 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Fevereiro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Março	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Abril	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Maió	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Junho	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Julho	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Agosto	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Setembro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Outubro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Novembro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Dezembro	58.597.126	5.779.763	402.310	-	6.182.073	64.779.199
<b>TOTAL</b>	<b>700.084.379</b>	<b>69.050.520</b>	<b>4.806.380</b>	<b>-</b>	<b>73.856.900</b>	<b>773.941.279</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2016 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Fevereiro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Março	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Abril	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Maiο	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Junho	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Julho	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Agosto	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Setembro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Outubro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Novembro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Dezembro	20	83.721	-	83.741	64.862.940
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>1.000.010</b>	<b>-</b>	<b>1.000.030</b>	<b>774.941.309</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 5 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2016 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Fevereiro	58.317.023	5.751.887	2.500.370	-	8.252.257	66.569.280
Março	58.317.023	5.613.072	800.370	-	6.413.442	64.730.465
Abril	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Maió	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Junho	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Julho	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Agosto	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Setembro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Outubro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Novembro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Dezembro	58.597.126	5.779.763	402.310	-	6.182.073	64.779.199
<b>TOTAL</b>	<b>700.084.379</b>	<b>68.911.705</b>	<b>7.306.380</b>	<b>-</b>	<b>76.218.085</b>	<b>776.302.464</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2016 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL
Janeiro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Fevereiro	-	2.783.299	-	2.783.299	69.352.579
Março	-	4.083.299	-	4.083.299	68.813.764
Abril	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Maiο	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Junho	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Julho	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Agosto	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Setembro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Outubro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Novembro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Dezembro	20	83.721	-	83.741	64.862.940
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>7.700.010</b>	<b>-</b>	<b>7.700.030</b>	<b>784.002.494</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Tabela 7 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
<b>Janeiro</b>	58.239.985,17	25.659.567,35	3.118.408,92	-	28.777.976,27	87.017.961,44
<b>Fevereiro</b>	53.217.557,72	6.331.071,04	2.200.119,66	-	8.531.190,70	61.748.768,42
<b>Março</b>	53.233.806,83	7.643.712,75	67.719,41	-	7.711.432,16	60.945.238,99
<b>TOTAL</b>	<b>164.691.369,72</b>	<b>39.634.351,14</b>	<b>5.386.247,99</b>	-	<b>45.020.599,13</b>	<b>209.711.968,85</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
<b>Janeiro</b>	-	242.637,00	-	242.637,00	87.260.598,44
<b>Fevereiro</b>	-	796.094,90	-	796.094,90	62.544.863,32
<b>Março</b>	-	4.001.246,38	-	4.001.246,38	64.946.485,37
<b>TOTAL</b>	-	<b>5.039.978,28</b>	-	<b>5.039.978,28</b>	<b>214.751.947,13</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Realizado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
<b>Janeiro</b>	58.239.985,17	3.681.996,77	37.911,29	-	3.719.908,06	61.959.893,23
<b>Fevereiro</b>	53.217.577,72	4.393.309,71	804.048,24	-	5.197.357,95	58.414.935,67
<b>Março</b>	53.233.806,83	5.168.858,80	610.156,43	-	5.779.015,23	59.012.822,06
<b>TOTAL</b>	<b>164.691.369,72</b>	<b>13.244.165,28</b>	<b>1.452.115,96</b>	-	<b>14.696.281,24</b>	<b>179.387.650,96</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Realizado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
<b>Janeiro</b>	-	-	-	-	61.959.893,23
<b>Fevereiro</b>	-	5.793,00	-	5.793,00	58.420.728,67
<b>Março</b>	-	208.932,00	-	208.932,00	59.221.754,06
<b>TOTAL</b>	-	<b>214.725,00</b>	-	<b>214.725,00</b>	<b>179.602.375,96</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 - Tesouro do Estado

Fonte 3 - Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 - Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, o Balancete Bimestral da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referente ao 1º bimestre, foi publicado Diário Oficial do Estado do dia 31 de março de 2016.



### 11.3. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Subordinado à Presidência, é responsável pelo Assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de recursos, ações de rescisão e revisão, representações e, expedientes diversos. Atua na área do contencioso, representando o Tribunal de Contas nos feitos judiciais.

O GTP, no primeiro trimestre, manifestou-se em **552** procedimentos/processos – tanto físicos como eletrônicos - relacionados à atividade fim ou à área administrativa.

O Contencioso-GTP prestou **33 informações** em auxílio à Procuradoria da Fazenda, além de realizar o acompanhamento de **577 ações judiciais** de interesse do Tribunal e **71 feitos** relacionados a processos desta Corte.

Ao GTP também estão subordinados:

- **Escola Paulista de Contas Públicas**

No trimestre, foram realizados **77 eventos**, dentre reuniões, cursos internos e externos. Merecem destaque os seguintes:

- 20º Ciclo de Anual de Aperfeiçoamento do Pessoal da Fiscalização;
  - Cerimônia de Posse do Presidente;
  - 3ª Jornada RPPS – Banco do Brasil/TCESP;
  - O Papel e os Desafios da Mulher no Mundo Moderno;
  - Lançamento da Fase IV – Sistema AUDESP – Módulo Licitações e Contratos;
  - PROFIN – EAD
- **Biblioteca – 1.1601 empréstimos** de livros realizados, sendo **1.369** através do Sistema Online Sophia e **232** presenciais.

### 11.4. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 03/2015 – DOE 12/03/2015 – realizou **1.241 atendimentos** neste Trimestre. Destaca-se o atendimento de **42 (quarenta e duas) solicitações** por meio do Whatsapp, novo canal de atendimento implementado recentemente.

A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão SIC**, que, no período, atendeu **56 pedidos** de informações.

### 11.5. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Subordinado à Presidência e composto pela Seção Técnica de Gestão e Relacionamento - DTI-1; Seção Técnica de Segurança da Informação - DTI-2; Divisão de Sistemas – DSIS; e, Divisão de Tecnologia – DTEC, presta assessoria na área de Informática sendo responsável pela análise e acompanhamento de todas as atividades voltadas à tecnologia da informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de softwares; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerencia a plataforma de envio e recebimento de e-mails corporativos e guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.



No trimestre, realizou reuniões e treinamentos diversos, com apoio ao Comitê Estratégico, AUDESP e demais áreas da Casa.

O DTI atendeu a **2.194 solicitações** na área de Atendimento ao Usuário de TI, tendo atuado também, dentre outros projetos, na implantação do Sistema de Apenados e no suporte tecnológico à Fiscalização Ordenada realizada pelo TCE-SP.

## **11.6. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Compete à Coordenadoria de Comunicação Social do TCESP, em conjunto com a Assessoria de Imprensa, desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do TCESP.

A unidade, também subordinada à Presidência, é encarregada de produzir as informações necessárias à divulgação pública das decisões do TCESP e iniciativas institucionais.

No 1º trimestre, foram produzidas pela CCS:

- **105 matérias relacionadas a julgamentos;**
- **76 matérias relacionadas à área institucional;**
- **14 newsletters** (periodicidade semanal).

## **11.7. REVISTA DO TCE**

Editada sob a orientação e responsabilidade do Vice-Presidente Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, conforme o disposto no Inciso VI do Artigo 31 do Regimento Interno, a edição número 136 da Revista do TCESP encontra-se em fase de elaboração.

Dentre outras matérias, a edição abordará a Fiscalização Ordenada realizada pela Corte, que fiscalizou hospitais e ambulatórios de saúde cujas administrações são gerenciadas por Organizações Sociais de Saúde. A revista também trará cobertura sobre a participação do TCE-SP em eventos como o Congresso de Municípios – realizado em Campos do Jordão e o I Congresso Internacional de Contas Públicas – organizado pela Assembleia Legislativa do Estado. Serão também abordadas outras realizações do Tribunal no período, além da síntese de decisões selecionadas, proferidas pelos Conselheiros em sede de Exame Prévio de Edital.



## 11.8. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE - Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população através do posto policial instalado nas dependências da Corte.

## 11.9. CERIMONIAL

Compete ao Cerimonial acompanhar a agenda da Sra. Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP.

No 1º trimestre de 2016, o Cerimonial se fez presente em **02 eventos internos, 22 eventos externos, além de atuado em 07 recepções de autoridades.**

## 12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do 1º trimestre de 2016, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

**Dimas Eduardo Ramalho**  
Presidente



TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DE SÃO PAULO